

DA MITOLOGIA À FICÇÃO CIENTÍFICA: O MUNDO (DIS)UTÓPICO DE MONTEIRO LOBATO NO CONTO “ERA NO PARAÍSO”

Fabianna Simão Bellizzi Carneiro¹

RESUMO: Este trabalho parte da hipótese de que a utopia, termo presente em várias narrativas de ficção científica, pode não se configurar como espaço sonhado por determinadas sociedades. Objetiva-se, então, uma análise dos conceitos de utopia e distopia para se entender como os lugares idealizados podem ceder espaço a futuros catastróficos e decadentes. Apresenta-se, como *corpus* de análise, o conto “Era no Paraíso...”, do escritor Monteiro Lobato.

Palavras-chave: distopias; Ficção Científica; literatura brasileira; Monteiro Lobato.

ABSTRACT: This work aims on the hypothesis that the utopia, a term involved in many science fiction narratives, may not be configured as an idealized by certain societies. The aim is to make an analysis in the concepts of utopia and dystopia to understand how idealized places may yield space to catastrophic and decaying futures. It emerges, as *corpus* of analysis, the tale “Era no Paraíso...”, by the author Monteiro Lobato.

Key-words: dystopias; science fiction; Brazilian literature; Monteiro Lobato.

1. Breves considerações sobre a Ficção Científica: da mitologia ao século XXI

Comeste tu da árvore de que te ordenei que não comesses? Então, disse Adão: A mulher que me deste por companheira, ela me deu da árvore, e comi. E disse o SENHOR Deus à mulher: Por que fizeste isso? E disse a mulher: A serpente me enganou, e eu comi.
(*Gênesis, cap. III*)

Não podemos cair no apriorismo de categorizarmos obras que contenham elementos da ciência e afins – artefatos tecnológicos, viagens a outras galáxias, vidas em outros planetas, máquinas do tempo – como narrativas de ficção científica. O próprio encontro das palavras

¹ Doutora em Estudos Literários pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora adjunta da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

“ficção” e “ciência” nos mostra certa impropriedade semântica uma vez que aquela liga-se a fatos criados a partir da subjetividade artística; ao passo que essa requer certo rigor objetivo.

Os críticos divergem quanto às definições de ficção científica. Raul Fiker (1985, p. 10) observa que a utilização do termo soa bizarro por trazer ambiguidades: “[...] seria uma ficção elaborada cientificamente, talvez uma história narrada com símbolos lógico-matemáticos, numa novela produzida num laboratório?” Outros críticos usam o termo Literatura de Antecipação: “[...] um nome que acaba privilegiando apenas narrativas que se passam no futuro em detrimento de várias outras vertentes da ficção científica que ocorreram em realidades alternativas no presente” (SILVA, 2008, p. 18). Há estudos focados no termo “protoficção científica”, que seria uma das primeiras manifestações da ficção científica e que tinha como principal tema as viagens imaginárias; bem como há críticos que reconhecem a dificuldade de se definir o gênero ainda que seja fácil identificar uma narrativa de ficção científica: “[...] sabemos empiricamente que tal narrativa é de FC, assim como identificamos, na prática, o significado de uma palavra qualquer – mas não dispomos de um conceito operatório, capaz de dar conta *a priori* das características estruturais do gênero” (SODRÉ, 1973, p.7, grifo nosso).

Existe, no entanto, um ponto que une vários estudiosos de ficção científica: a presença do elemento insólito, e aqui observamos que uma das visões mais influentes foi a do iugoslavo Darko Suvin (*apud* CARDOSO, s/d, p.9, grifo do autor), “[...] para quem a ficção científica une e faz interagir necessariamente um aspecto cognitivo (ou seja, a busca de uma explicação racional) e um ‘estranhamento’”. Ainda de acordo com Suvin, o estranhamento – termo adaptado do alemão *verfremdungseffekt*, possibilita que o leitor perceba, por um lado, algo como insólito; e ao mesmo tempo próximo de seu cotidiano.

Essa proximidade com o cotidiano nos leva aos clássicos, especificamente aos estudos do filósofo Aristóteles, que em seu texto basilar *A Poética* (2000, p.70-73) nos mostra que ainda que uma obra seja ficcional e fruto da mente do artista, ela não deixa de manter algo muito caro aos estudos literários: a verossimilhança. Ao trazermos os estudos aristoteleanos para as narrativas de ficção científica, ressaltamos um importante aspecto: mesmo que os textos tragam elementos insólitos, situações não convencionais ou seres extraordinários, haverá uma comunicação com nossa realidade pelas vias do racional, ou seja, sempre restará

um elemento verossímil que nos levará às situações de nossa realidade empírica, e aqui citamos como exemplo a obra *A ilha do Dr. Moreau* (1896), de H. G. Wells. Essa obra traz como temática os experimentos de um cientista que se refugia em uma ilha tropical, obcecado em transformar animais em homens através de hipnose e procedimentos cirúrgicos invasivos e dolorosos. Muito embora se trate de uma situação insólita, o enredo mantém a verossimilhança ao trazer discussões sobre teorias darwinistas, evolução e genética – discussões muito em voga quando a obra fora publicada. Daí que

“Ficção científica” e “fantástico” parecem depender de um mesmo conjunto ou gênero maior: toda a questão consiste em achar o que singulariza a primeira dentro de tal conjunto. O ponto de partida é a questão da verossimilhança. Para Aristóteles, “verossímil” é o que o público julga ser possível, isto é, uma norma que depende de uma opinião partilhada; ao verossímil contrapor-se-ia o “verdadeiro”, isto é, aquilo que os sábios julgam ser possível. O verossímil em literatura, porém, entende-se, desde o século XVIII, como conformidade às regras particulares de um gênero (sendo tais regras convenções sociais historicamente mutáveis). (CARDOSO, s/d, p.10, grifos do autor)

Sublinhamos que não se trata de algo inédito. Com muita perspicácia, a mitologia já conseguira dar respostas às aflições “reais” dos homens de seu tempo, como as catástrofes, as intempéries climáticas, o medo do desconhecido, e todo um conjunto de efemérides que compunham a realidade das sociedades da antiguidade, através de histórias fabulosas e fantásticas. Em nossa era contemporânea, altamente racionalista e cientificista, a ficção científica seria uma espécie de “alternativa mítica possível” para tratar de determinadas questões: “a ficção científica ocupa no imaginário de hoje a posição que o relato mítico ocupava no imaginário de ontem: em ambos os casos, trata-se de resolver pela fabulação uma situação fora do comum que não poderia ser resolvida na realidade” (THOMAS, *apud* CARDOSO, s/d, p. 9-10). Possivelmente aqui estaria o cerne da ficção científica: a busca do homem por respostas às questões existenciais pode se perfazer através de diferentes instâncias, desde o senso comum, passando pela mitologia e religiões, até o alcance do conhecimento científico, que ganha força a partir do século XIX, quando as explicações religiosas cedem lugar às explicações racionais e positivistas. Se antes a mitologia explicava questões complexas, esse papel, a partir do racionalismo, cabe à ciência. As artes, e em

especial a literatura, não passaria incólume a este *zeitgeist* e passa a incorporar estas questões às narrativas de ficção científica.

Avulta-se que este trabalho não objetiva responder o que seria ficção científica, mas sim analisar como as obras dessa vertente se comunicam com questões de sua época, afinal da antiguidade ao século XXI continuamos perseguindo o modelo de *polis* ideal, porém cercados por questões que colocam nosso planeta em risco e expõem nossa humanidade de forma desconcertante: descompasso climático, guerras nucleares, bombas atômicas, revolução genética, doenças da alma, depressão, individualismo, enfim, já não é inédito afirmarmos que “[...] a literatura de ficção científica, de fantasia e de horror cria e propaga os mitos desta era” (BEZARIAS, 2006, p. 13).

Por conseguinte, obras como *Viagens de Gulliver* (1726), de Jonathan Swift e *Viagem ao centro da Terra* (1864), de Júlio Verne são recorrentes no tema viagens imaginárias – um tema bem de acordo com o que acontecia no mundo dos dois escritores a partir do século XV, quando países europeus se lançaram ao mar em grandes viagens em busca de riquezas e territórios em outros continentes. Além disso, o mundo passava por transformações sociais e econômicas com a crescente industrialização, causando reflexos nas artes e em especial nas narrativas literárias. Entretanto, com a eclosão da I Guerra Mundial, em 1914, as histórias de ficção científica ganham mais requinte e temas mais complexos, como cápsulas do tempo e artefatos tecnológicos. Destacamos, nessa época, obras como *Os habitantes da miragem* (1919), de Abraham Merrit e *Trevas na Quinta Avenida* (1919), de Eon Flint e Austin Hall. Na década seguinte um fato novo viria a marcar as narrativas de ficção científica: “Em 1926, Hugo Gernsback lançou a revista *Amazing Stories*, batizando o gênero como Ficção Científica. A partir dessa época a FC começou a definir-se, colocando-se como um gênero distinto da literatura fantástica” (SCHOEREDER, 1986, p. 21, grifos do autor). Já nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta do século XX, consideradas as décadas de ouro da ficção científica, a polarização do mundo em dois blocos – o soviético e o norte-americano, inspiraria sobremaneira os escritores do gênero a comporem obras como *Os Eleitos* (1979), de Tom Wolfe e *Colossus 1980* (1970), de D.F. Jones, que trazem a temática das superpotências que travam guerras siderais.

Portanto, retomando algumas questões delineadas no início deste trabalho, podemos afirmar que a ciência se manifesta, sim, na literatura de ficção científica, porém trazendo elementos de sua época. Tais elementos, por perseguirem uma lógica racional, seriam considerados elementos científicos – algo que se acentuou com o início do processo de industrialização. Daí que a contribuição da ficção – trazendo elementos da nossa realidade, imbrica-se à ciência e nos fornece belas histórias que dizem muito de nós e de nossa relação com o outro. São histórias que marcam, com força, a questão relacional, posto que nos colocam frente a frente com outros mundos ou colocam outros mundos em contato com a nossa suposta superioridade. As obras de ficção científica têm muito a nos revelar sobre o nosso próprio tempo, nossas expectativas, nossos anseios e nossa relação com a ciência em determinado momento:

O que pode ser percebido nesse tipo de literatura é um misto entre fantasia e realidade, no qual o escritor apenas concebe seu futuro imaginário a partir de seu próprio contexto histórico. Sendo assim, a literatura de ficção científica dos oitocentos, por exemplo, estava impregnada de referências a noções darwinistas, marxistas e positivistas; enquanto os atuais filmes do gênero nos trazem dilemas sobre a robótica, a biogenética e os limites da internet. Ora exaltando a ciência, ora temendo suas realizações; ora aplaudindo a ousadia dos cientistas, ora lembrando os limites de sua profissão, a ficção científica foi sublinhando as mudanças nas representações do futuro ao longo dos últimos dois séculos. (GIAROLA *et al*, 2016, p.64)

Quanto à releitura da mitologia na ficção científica, percebemos que a ficção científica moderna não mais se consubstancia em estereótipos e arquétipos, mas na vigorosa busca de questões voltadas à nossa inserção em um mundo cada vez mais individualizado. Diferente do mundo antigo, em que o pensamento mítico pertencia não ao plano do imaginário, mas ao plano do real, na contemporaneidade sabemos que o mito é uma invenção; e o que nos interpela é um mundo altamente racionalista e técnico-científico. Já em relação ao elemento fantástico, presente nas obras de ficção científica, poderíamos dizer que tal relação seria análoga (guardadas as devidas especificidades), à relação que se dá, desde priscas eras, entre magia e religião:

O fantástico acede ao sentido que ultrapassa o do cotidiano mediante a transgressão da norma. A ficção científica, porém, não é “mágica”, é “mítica”: ela se instala num aspecto da norma socialmente aceita - a ciência ou a aparência dela - e, a partir desse lugar, finge responder às questões que

a ciência da época em que a obra é realizada não sabe resolver. No interior das obras de ficção científica o que se tem é uma ficção de ciência, uma ciência virtual ou imaginária, mesmo se às vezes misturada com elementos científicos autênticos. (CARDOSO, s/d, p.12)

Longe de buscarmos uma definição para o termo “ficção científica” e sem cairmos em armadilhas didáticas, podemos manifestar o seguinte corolário: se a vertente da ficção científica assume um deslocamento da verossimilhança que segue o estatuto de sua época, podemos assumir que tal vertente cumpre, assim, uma função mítica (GOIMARD, *apud* CARDOSO, s/d). Se os antigos buscavam questões que já foram respondidas, como os mistérios climáticos, hoje nossas questões são mais prementes, como extinção do planeta por causa da agressão ao meio ambiente; capitalismo exacerbado; guerras atômicas; animosidades políticas.

Muito próxima do gênero romance e com forte tendência ao mito, a ficção científica tangencia questões primordiais que sempre afligiram a humanidade, conforme a seguir atestaremos na narrativa que corporifica este trabalho: “Era no Paraíso...”.

2. Da República de Platão à república de Lobato: utopia ou distopia?

Retomando e resumindo os pressupostos teóricos mencionados em parágrafos anteriores, podemos afirmar que o racionalismo passa a explicar o mundo e isso se reflete na literatura através das narrativas de ficção científica – papel que já coube à mitologia e às religiões. Há que se salientar, no entanto, um movimento muito próprio da condição humana: desde épocas remotas, a humanidade busca um ideal de vida e de sociedade que se adeque a determinados anseios e desejos, e essa busca por um “espaço-tempo” ideal é que pode conferir características fantásticas à um determinado mundo por nós sonhado e planejado. Algo que fora muito bem relatado, por exemplo, pelo poeta grego Homero (século VIII a.C.), na obra *Odisseia*. Antes de reingressar em Ítaca, em sua viagem de volta ao lar, Odisseu faz uma pausa na terra dos feácios, e verifica a existência de uma terra pródiga e elevada à condição sublime. Muito mais que a representação de uma sociedade ideal, os feácios representam um contraponto à dura realidade que em breve se apresentaria à Odisseu em Ítaca. Funcionando, nesse sentido, como um povo intermediário, os feácios permitem-nos não

apenas pensar a respeito do que seria essa sociedade ideal, mas principalmente nos permitem criar esse arquétipo mítico do “local remoto” no qual nos refugiamos em momentos de dificuldade. Odisseu, prevendo as agruras que enfrentaria em seu retorno ao lar, encontra um lugar mágico onde poderia devanear antes de seu pouso final.

O termo utopia, cunhado pela primeira vez pelo inglês Thomas More no início do século XVI, esteve muito atrelado a um projeto político perfeito de sociedade igualitária e justa. Em sua ilha imaginária, More (2003, p.63) projeta uma sociedade em que “tudo está tão bem organizado e a comunidade tão bem governada que raramente acontece que tenham de voltar a escolher outro local para uma nova construção”. Muito presente em narrativas de ficção científica, a utopia funciona, sob esse viés, como uma espécie de realocação, um tipo de movimento em que se oferece uma alternativa plausível ao presente insatisfatório. Thomas More fez severas críticas à sociedade inglesa de sua época; bem como Platão, em sua obra *República*, mostra-se insatisfeito com a desintegração social após a guerra do Peloponeso e a decadência do sistema democrático estabelecido desde Péricles, que dera poder político ao povo, o qual não estava em condições de decidir sobre tais assuntos, de acordo com a percepção de Platão. Ao propor um modelo de sociedade satisfatória ou ideal, o filósofo grego advoga o princípio da competência, no qual tomar decisões políticas requer sabedoria, e esta atravessa a verdade, a beleza, a moderação e a bondade, características que somente os filósofos possuíam. Ainda para Platão, o princípio de governança correria em paralelo a uma sociedade estratificada em três classes: os filósofos governantes; os soldados; e o restante da população, composta pelos artesãos: “O sucesso deste Estado ideal depende não somente das decisões sábias dos filósofos-governantes; ele depende da interação harmoniosa entre as três classes, que ocorre quando cada classe cumpre seu papel de forma apropriada (PLATÃO *apud* LAURIOLA, 2009, p.96)”.

Se os filósofos gregos cotejavam uma espécie de pensamento utópico diretamente vinculado ao pensamento filosófico, é com Thomas More (2003) que a utopia passa a servir, efetivamente, de matéria-prima para a produção literária, tornando-se, séculos depois, a raiz do pensamento utópico, conforme atestamos no conto “Era no Paraíso...”.

No mundo utópico de “Era no Paraíso...”, Deus se mostra satisfeito com a criação do Paraíso e de seus componentes: o ar, a água, a luz e as estrelas. Após criar o Paraíso, Deus

cria a Vida e ordena que as criaturas comam e amem umas às outras. Para manter a harmonia no local, Deus elabora a regência da animalidade através do “Código da Sabedoria Ingênita” (LOBATO, 2010, p.19).

Ironicamente, tal código somente fora criado a partir da existência humana, pois em um primeiro momento a humanidade não estava prevista nos planos do Criador: “Não era escrito esse Código. Lei escrita vale por pura invenção humana – donde a rapidez com que envelhecem os códigos humanos e as humanas leis. Escrever é fixar e fixar é matar” (LOBATO, 2010, p.19-20). No conto, Deus considera que nomear é uma característica humana, e que em Seu suposto planeta as criaturas animais viveriam em harmonia, sem nomes e sem a presença humana: “Quanta afinação no tumulto aparente! A bactéria às voltas com o mastodonte, o musgo em simbiose com o baobá, a craca aparasitada com a baleia...Vida em vida, vida devorando vida, vida sobrepondo-se à vida, vida criando vida” (LOBATO, 2010, p.20).

Entretanto, uma efeméride não prevista por Deus colocaria toda a harmonia, que até então reinava no Paraíso, em desgraça. Um vento forte, causado por um suspiro de Eolo (LOBATO, 2010, p.21), fez com que um chimpanzé caísse de uma árvore, e se “[...] a malícia da serpente não houvesse colocado ao pé da embaúba uma grande laje, na qual se chocou o crânio do infeliz desarvorado (LOBATO, 2010, p.21)”, o incidente não teria maiores consequências, porém o macaco passa a se queixar de fortes dores de cabeça e estranho mal-estar.

A partir dessa passagem, a narrativa intertextualiza com o terceiro capítulo do Livro de Gênesis. Porém, se a Bíblia preconiza que a Queda do paraíso se dera por um infortúnio humano, no conto de Lobato (e aqui destacamos a argúcia do escritor) a Queda se dá por um infortúnio animal, quando a ardilosa serpente coloca uma grande laje onde o chimpanzé choca sua cabeça com força:

A Bíblia já tratou do assunto; de modo simbólico, entretanto, fugindo de tomar a Queda ao pé da letra. Moisés, redator do Gênesis, tinha veleidades poéticas — mas não previra Darwin, nem a força do prêmio Nobel como áureo pai de grandes descobertas. Moisés poetizou... Fez um Adão, uma Eva, uma serpente e um pomo, que certos exegetas declaram ser a maçã, e outros, a banana. Compôs assim uma peça com a mestria consciente de Edgar Poe ao carpintear *O corvo*, mas sem deixar, como Poe, um estudo da psicologia

da composição, onde demonstrasse que fez aquilo por a + b e com bem estudada pontaria. E foi pena! Quanto papel, tinta e sangue tal esclarecimento não pouparia à humanidade, sempre rixenta na interpretação dos textos bíblicos! (LOBATO, 2010, p.22, grifo do autor)

Após a lesão, o chimpanzé passa a ter um comportamento diferente: “Sua cabeça perdeu o frescor da antiga despreocupação e deu de elaborar uns mostrengozinhos, informes, aos quais, com alguma licença, caberia o nome de ideias” (LOBATO, 2010, p.22). O animal, então, começa a ter atitudes antes nunca executadas, como errar o salto entre árvores; cobiçar a fêmea de outro macaco; cometer excessos alimentares; invejar animais que voavam, quando, por fim, começa a se locomover como um humano: “Abandonou o viver em árvore, prescrito para os da sua laia pelo Código Ingênito, e deu de andar sobre a terra de pé sobre as patas traseiras, com as dianteiras — futuras mãos — ocupadas em construir ninho [...]” (LOBATO, 2010, p.23).

Em várias passagens do conto, o narrador vai deslindando as “humanices” do chimpanzé, até chegar ao ápice de ser solicitada sua expulsão do Éden, pois o animal estava obstruindo a paz até então reinante no Paraíso. Deus discorda de tal reivindicação ao prever um futuro em que, uma vez “lá embaixo”, o animal humanizar-se-ia cada vez mais – fato que poderia levar o planeta à completa destruição:

— Sei disso — retorquiu o Soberano Senhor de todas as coisas. — A lesão do cérebro do meu macaco põe-no à margem da minha Lei Natural e fa-lo-á discrepar da harmonia estabelecida. Nascerá nele uma doença, que seus descendentes, cheios de orgulho, chamarão inteligência — e que, ai deles!, lhes será funestíssima. Esse mal, oriundo da Queda, transmitir-se-á de pais a filhos — e crescerá sempre, e terrivelmente influirá sobre a terra, modificando-lhe a superfície de maneira muito curiosa. E, deslumbrados por ela, os homens ter-se-ão na conta de criaturas privilegiadas, entes à parte no universo, e olharão com desprezo para o restante da animalidade. E será assim até que um senhor Darwin surja e prove a verdadeira origem do *Homo sapiens*. (LOBATO, 2010, p.24, grifo do autor)

Importante ressaltar que Monteiro Lobato (1882-1948) constrói narrativas a partir de uma tessitura temática que abarca o discurso progressista do início do Século XX, período em que se refletia sobre os rumos da população brasileira e o papel da ciência. Lobato deu forte dimensão às ideias positivistas e ao evolucionismo postulados durante a Primeira República.

À época, o Brasil sentia os primeiros ressaibos da urbanização, e a industrialização nas cidades é influenciada pelas recentes correntes migratórias. Essa influência fomentou, nas elites, debates polêmicos, que creditavam na população brasileira o atraso do país. Os ideais progressistas e darwinistas fomentaram interesse em Monteiro Lobato, e o racionalismo vigente se manifestaria, em suas narrativas, através de uma objetividade que se alinhava com as ideias europeias e imperialistas do momento e que aportavam no Brasil. Assim como nas narrativas imperialistas dos séculos XIX e XX, que expressam os anseios do progresso britânico ao entrar em contato com povos nativos das colônias inglesas (BRANTLINGER, 2013, p.178), nas narrativas de ficção científica brasileiras, teme-se que a parcela da população pobre e miserável possa desestabilizar o *status quo*. O discurso das elites, em voga durante nossa primeira república, avultava que a massa humana rude alegoriza a antiga época colonial que se queria a todo custo apagar do país. Tal discurso julgava as pessoas a partir de explicações científicas e deterministas. Porém, e aqui ressaltamos novamente a ironia de Lobato, em sua narrativa é a humanidade inteira que seria um entrave à tranquilidade, pois em seu mundo utópico não existiam problemas – estes causados pela mão humana.

No conto de Lobato, o receio repousa no fato de que a humanidade se tornaria à imagem e semelhança de Deus, retirando Dele o domínio sobre a Terra e fazendo do homem um ser altamente soberbo. Acabaria, então, a paz na Terra e as criaturas não seriam mais uniformes, homogêneas, comportadas e inertes, afinal como bem informa o narrador: “Essa inteligência se caracterizará pela ânsia de ver-me através das coisas, e para que bem a compreendas, Gabriel, te direi que será como asas sem ave, luz sem sol, dedos sem pés (LOBATO, 2010, p.24)”.

Indubitavelmente, qualquer utopia esbarra na seguinte objeção: tornar realizável um modelo de sociedade que possa interessar a todos os envolvidos. Na Grécia Antiga, a centralidade da *polis* e a vida em comunidade, baseada em um sistema democrático ativo, calcado em valores tradicionais em que a voz de todos os cidadãos era envolvida em qualquer evento, permitia se pensar em uma cidade ideal. Não à toa que o modelo de sociedade grego antigo é considerado, por muitos, o modelo ideal. Com a proximidade de nossa era,

aparecem novas histórias sobre lugares maravilhosos, principalmente ilhas, localizadas longe, nas extremidades do mundo, onde se refugiam de um

presente insatisfatório. Realmente, é neste período que as histórias de viagens maravilhosas a lugares exóticos e felizes são escritas pela primeira vez. [...]. Estas histórias recuperam os motivos utópicos que encontramos em expressões anteriores da literatura grega, tais como o mito da “Idade do Ouro,” motivos agora intencionalmente propostos para oferecer um escape do mundo real. Assim, eles marcam uma mudança definitiva do compromisso de reconstruir a realidade sócio-política para um modelo de escape desta realidade. (LAURIOLA, 2009, p.97, grifo da autora)

Em nossas sociedades atuais, pensar em uma sociedade utópica nos leva ao paradoxo da sociedade distópica, afinal para se manter a sociedade igualitária ou em uma ordem imposta pelos governantes, há que se recorrer, muitas vezes, ao recurso do autoritarismo. A queda de Adão e Eva do paraíso nos mostra que os jardins perfeitos podem não o ser para todas as pessoas. Para muitos estudiosos do assunto, as utopias “[...] são projeções de não totalmente satisfeitos em determinadas situações históricas, como os jardins e os oásis que povoam as mil e uma noites dos árabes exilados no deserto (MAFFEY, *apud* MATOS, 2017, p.43). Essas projeções somente funcionarão de forma satisfatória se contemplarem a vontade de todas as pessoas envolvidas. Há sempre pessoas que querem extrapolar os “limites do paraíso”, e no caso específico das questões que envolvem política e sociedade, o utopista político sempre se refere ao melhor mundo realizável: “Na realidade, as várias utopias políticas constituem uma aposta irrestrita no poder da razão humana” (MATOS, 2017, p.43). Os utópicos acreditavam que somente a união entre a razão humana e o progresso iluminista, garantiria às sociedades formas justas de organização.

A inquietação causada na narrativa de Lobato repousa exatamente nesse contraponto: o chimpanzé, desejoso de “sair da fileira” e da normalidade impostas pela sociedade utópica e desvendar outros mundos, choca-se com os ditames divinos, que previam devassas e destruição a partir da ocupação humana na Terra, fazendo-nos recorrer ao que propusemos em parágrafos anteriores: como podemos projetar e imaginar uma sociedade utópica sem cairmos nos totalitarismos, tão perniciosos às escolhas individuais? Por outro lado, como suportarmos uma sociedade em que a astúcia e inteligência humana atingem o extremo da crueldade e destruição, próprios de cenários em que se desvendam as sociedades distópicas? Em “Era no Paraíso...” (LOBATO, 2010, p.25) Deus prevê um mundo distópico, em que

Essa inteligência apurará aos extremos a crueldade, a astúcia e a estupidez. Por meio da astúcia se farão eles engenhosos, porque o engenho não passa da astúcia aplicada à mecânica. E à força de engenho submeterão todos os outros animais, e edificarão cidades, e esfuracarão montanhas, e rasgarão istmos, destruirão florestas, captarão fluidos ambientes, domesticarão as ondas hertzianas, descobrirão os raios cósmicos, devassarão o fundo dos mares, roerão as entranhas da terra...

Espécie de “utopia às avessas” (OST, *apud* MATOS, 2017, p.43), as distopias retratam sociedades em que as condições de existência são muito precárias, às vezes decadentes, muito embora alguns elementos como o cerceamento individual, a dominação social e a falta de liberdade estejam presentes tanto nas sociedades utópicas quanto nas distópicas, uma vez que a distância entre utopia e distopia é pequena, “[...] e pode ser apenas uma questão de opinião e de juízos de valor. [...]. Eis o caminho que imperceptivelmente nos leva da utopia ao seu gêmeo fantasmático, ao seu *doppelgänger*: a distopia” (MATOS, 2017, p.45, grifo do autor). Os gregos antigos não tinham um conceito próprio de utopia, não formulavam ideias utópicas conscientemente e a literatura utópica não existia em *strictu sensu*, assim como a distopia, que não era imaginada como um gênero literário, afinal Platão não pretendia apresentar seu sistema de governo como realidade negativa. Pelo contrário, no mundo antigo proliferaram as utopias sociais, muitas descambando para sonhos mais fantasiosos.

No entanto, o século XX celebrizou-se por produzir distopias em que o indivíduo se encontra submetido de modo total à autoridade do Leviatã. E o mais assustador: a história recente do Ocidente demonstra e comprova a possibilidade técnica de realização dessas distopias político-jurídicas autoritárias, cada vez menos fictícias. Não poderia ser diferente: os enormes avanços tecnológicos somados à desagregação ética que assola o nosso tempo produziram visões de futuro em que o direito passou a ser mero instrumento de dominação e de desumanização. Impossível pensar em uma sociedade universal justa e livre após os horrores dos totalitarismos, testemunhas da capacidade de infinita crueldade, em escala global, de que os homens são capazes. (MATOS, 2017, p.47)

É certo que em nossas sociedades contemporâneas não vivemos em pesadelos tecnototalitários descritos em narrativas como *1984* (1948), de George Orwell ou *Admirável Mundo Novo* (1932), de Aldous Huxley, muito embora vivamos, há várias décadas, uma época de

duro realismo, marcada por grande mal-estar e certo conformismo, “[...] para não dizer desesperança. Os povos parecem não ter mais projetos grandiosos, que são até mesmo rejeitados” (LACROIX, p.21). As narrativas distópicas conseguem captar com muita veemência os traços negativos presentes em nossa realidade atual, onde vivemos mediados por uma espécie de ciência tecnológica capaz até mesmo de prover crianças em laboratório com sexo e características físicas escolhidas pelos pais. Tais narrativas passam a desenhar cenários nos quais o futuro projeta-se não mais com ares otimistas, mas sim de forma caótica e catastrófica. Cabe destacar, entretanto, que seria muito reducionista utilizarmos a palavra “distopia” por meio de sua simples contraposição ao conceito de “utopia”. Fugindo desse simplismo, podemos defender que a distopia ficcional extrapola, de forma negativa, o estatuto das sociedades, afinal

a imaginação literária não somente se lança a futuros em que os problemas contemporâneos aos autores são levados às últimas consequências, como também será infligido um duro golpe no próprio espírito utópico, que ultrapassa suas manifestações literárias. Temos aqui então dois elementos fundamentais: a virada distópica, um *turning point* no qual as obras utópicas em que se vislumbrava um futuro melhor dão lugar a outras nas quais o futuro se vê negativamente extrapolado, e o antiutopismo, uma postura em que o impulso utópico passa a ser visto com grande desconfiança dados os rumos que experiências sociais e políticas realizadas em nome deste acabaram por tomar. (FERREIRA, 2015, p.61)

Voltando ao conto de Lobato, faz-se interessante perceber como as modulações presentes na narrativa apontam para este *turning point*, ou seja, em uma única narrativa temos um mundo utópico que se transformaria na antiutopia e com características muito presentes em nossas sociedades, caso os macacos se humanizassem:

Seu engenho criará engenhosíssimas armas de alto poder destrutivo — e empolgados pelo ódio se estraçalharão uns aos outros em nome de pátrias, por meio de lutas tremendas a que chamarão guerras, vestidos macacalmente, ao som de músicas, tambores e cornetas — esquecidos de que não criei nem ódio, nem corneta, nem pátria.
E transporão mares, e perfurarão montes, e voarão pelo espaço, e rodarão sobre trilhos na vertigem louca de vencer as distâncias e chegar depressa — esquecidos de que eu não criei a pressa nem o trilho.

E viverão em guerra aberta com os animais, escravizando-os e matando-os pelo puro prazer de matar — esquecidos de que eu não criei o prazer de matar por matar. (LOBATO, 2010, p.25)

O paradoxo apontado na narrativa – da utopia à distopia – nos faz pensar a respeito do próprio paradoxo da ciência e da tecnologia em nossas vidas. Se por um lado o desenvolvimento da ciência moderna apontou para melhores condições de vida, na contemporaneidade o exacerbado crescimento científico não nos trouxe aprimoramento moral e social. Pelo contrário. Esmaeceu-se a certeza de que o futuro nos traria um mundo melhor. Necessário mencionar que estes paradoxos são exaltados por Lobato através de uma retórica muito embasada em figuras de linguagem contraditórias que nos levam do impulso utópico moderno às distopias contemporâneas, conforme atestamos abaixo:

E criarão artes numerosas, e terão sumos artistas e jamais alcançarão a única arte que implantei no Éden — a arte de ser biologicamente feliz.
E organizarão o parasitismo na própria espécie, e enfeitar-se-ão de vícios e virtudes igualmente antinaturais. E inventarão o Orgulho, a Avareza, a Má-Fé, a Hipocrisia, a Gula, a Luxúria, o Patriotismo, o Sentimentalismo, o Filantropismo, a Colocação dos Pronomes — esquecidos de que eu não criei nada disso e só o que eu criei é. E em virtude de tais e tais macacalidades, a inteligência do homem não conseguirá nunca resolver nenhum dos problemas elementares da vida, em contraste com os outros seres, que os terão a todos solvidos de maneira felicíssima. Não saberá comer; e ao lado das minhas abelhas, de tão sábio regime alimentar — sábio porque por mim prescrito —, o homem morrerá de fome ou indigestão, ou definhará achacoso em consequência de erros ou vícios dietéticos.
Não saberá morar — e ao lado das minhas aranhas, tão felizes na casa que lhes ensinei, habitarão ascorosas espeluncas sem luz, ou palácios.
Não resolverá o problema da vida em sociedade, e experimentará mil soluções, errando em todas. E revoluções tremendas agitarão de espaço em espaço os homens no desespero de destruir o parasitismo criado pela inteligência — e as novas formas de equilíbrio surgidas afirmar-se-ão com os mesmos vícios das velhas formas destruídas. (LOBATO, 2010, p.26)

Ao longo da narrativa de Lobato, percebemos que as passagens e diálogos suscitam questões pertinentes não apenas aos avanços tecnológicos, mas principalmente em relação aos modelos econômicos e políticos. Infelizmente estes modelos pouco fazem em prol da harmonia mundial, tendo em vista as constantes guerras ao redor do planeta, o potencial destrutivo cada vez mais sofisticado dos armamentos nucleares, guerras religiosas e políticas

sustentadas por regimes totalitários, grupos sociais em constante conflito, um tipo de consumismo desenfreado, publicidade que nos atinge o tempo todo, mídia de massa, valores hedonistas nos encorajando-o ao consumo, busca desenfreada pela felicidade fugaz ou a ilusão de se saciá-la, individualismo e narcisismo nunca antes vistos, apenas para citar alguns problemas que afligem nossas sociedades. Problemas esses causadores de tantas animosidades ao redor do planeta. Fato também alertado no conto de Lobato:

E o homem olhará com inveja para os meus animaizinhos gregários, que são felizes porque seguem a minha lei sapientíssima. E não solverá o problema do governo; e mais formas de governo invente, mais sofrerá sob elas — esquecido de que não criei governo. E criará o Estado, monstro de maxilas leoninas, por meio do qual a minoria astuta parasitará cruelmente a maioria estúpida. E a fim de manter nédio e forte esse monstro, os sábios escreverão livros, os matemáticos organizarão estatísticas, os generais armarão exércitos, os juízes erguerão cadafalsos, os estadistas estabelecerão fronteiras, os pedagogos atizarão patriotismos, os reis deflagrarão guerras tremendas e os poetas cantarão os heróis da chacina — para que jamais a guerra cesse de ser uma permanente. (LOBATO, 2010, p.27)

O excerto acima guarda paralelos com nossas sociedades — o desenvolvimento científico e a criação de artefatos tecnológicos que somente destruíram e mataram, somados a um corpo governamental totalizante que impõe as suas veleidades, em muito alimentaram nossa descrença em um futuro melhor que poderia chegar através do progresso e da ciência. Essa perspectiva soturna de um futuro pessimista, resvala-se de forma profícua nas narrativas de literatura distópica.

Cabe destacar, entretanto, que a narrativa de Lobato foi publicada, pela primeira vez, em 1923. Nessa época, a literatura distópica ainda não trazia questões envolvendo as pressões entre o bloco soviético e o bloco capitalista, tão presentes na literatura distópica de meados do século XX. Destarte, Lobato acerta ao prever um futuro catastrófico em que “[...]o irmão roubava o irmão, e o filho matava o pai, e o amigo enganava o amigo, e todos se maldiziam e se caluniavam, e se detestavam e jamais se compreendiam...” (LOBATO, 2010, p.28).

Sublinha-se que não se trata de defender determinado sistema social, político ou econômico. A história nos mostra que não existe um modelo social ou econômico ideal. O que seria “ideal” para um grupamento social pode não o ser para outro. Até mesmo a sociedade utópica pode se revelar autoritária e tirânica na medida em que determinadas

condutas individuais podem ser vistas como insurgência ao regime vigente. Devemos, por outro lado, atacar o modelo que postula, a todo instante, que devemos ter, parecer e consumir. Essa posição, que nos afasta de um princípio mais humanista, é que deve ser atacada.

Por fim, sabemos que para a história importa o passado, ao passo que para o artista e o literato, o tempo pode ser uma questão de perspectiva, afinal o presente pode se tornar um alerta para tempos ruins vindouros. Isso fica muito evidente nos últimos parágrafos do conto “Era no Paraíso...”. Ao longo da narrativa, há uma grande incidência de verbos conjugados na forma condicional: se o macaco se humanizasse determinadas ocorrências catastróficas, listadas pelo Criador, se dariam. Gabriel, o anjo assistente, sugere que Deus mate o chimpanzé:

Se vai ser assim, cortemos pela raiz tanto mal vindouro. Um chimpanzé a menos no Paraíso e estará evitado o desastre.

Não! respondeu o Criador. Tenho um rival: o Acaso. Ele criou o homem, provocando a lesão desse macaco, e quero agora ver até a que extremos se desenvolverá essa criatura aberrante e alheia aos meus planos. (LOBATO, 2010, p.28)

Estaria Lobato lançando um alerta às sociedades ou adotando uma postura pessimista? A começar pelo título do conto, “Era no Paraíso...” podemos subentender que o Paraíso não existe mais? Assim como a história não pode prever o futuro, podemos (e aqui ressaltamos o papel da literatura) utilizar as experiências presentes como uma via de aprimoramento futuro. Renunciar ao futuro não resolve nem minimiza os problemas atuais. É certo que progredimos e evoluímos em várias instâncias sociais, e a ciência é uma delas. Não defendemos o fim da ciência ou da tecnologia, mas podemos nos debruçar sobre a realidade que nos aflige e refletir sobre ela de forma a transformarmos o futuro que se apresenta distópico. Sem ilusões, sem utopias e sem subjetividades. Podemos, sim, pensar a respeito da relação entre ética e ciência, entre ética e política, ou mesmo em formas de consumo que não sejam agressivas. Já o fazemos, inclusive. As novas gerações se mostram preocupadas com o planeta, utilizam formas menos agressivas de consumo, habitação e alimentação. Não podemos nos iludir com o pressuposto que somente uma postura não materialista nos faria superar as mazelas de nossa contemporaneidade, embora sem ela mataríamos por completo o que ainda resta de um espírito mais questionador e atuante, ou mais utópico.

Acreditamos, por fim, que a leitura do conto “Era do Paraíso...” pode servir como um alerta, e aqui defendemos o papel da ficção científica que “[...] não somente facilita uma fuga imaginativa ou transcendente de uma determinada realidade social, mas planta as sementes da insatisfação com esta e a determinação e habilidade para mudá-la” (PARRINDER, 2003, p. 72, tradução nossa) ².

CONCLUSÃO

Embora a trajetória do pensamento utópico moderno tenha se dirigido muito em direção a uma sociedade livre do jugo econômico capitalista, vemos que o cerne do pensamento utópico repousa em épocas antigas. Coube-nos, neste trabalho, destacar o impulso utópico materializado em formas literárias, ou seja, como a arte, e em especial a arte literária, conseguiu captar a essência do pensamento utópico e reproduzi-lo em suas narrativas, conforme atestamos no conto de ficção científica do escritor brasileiro Monteiro Lobato.

Vimos, ao longo deste trabalho, que o projeto utópico começa a ser discutido a partir dos ideais humanistas, quando o homem, não mais centrado na figura divina, se lança à história enquanto agente de seu destino. Atestamos, ainda, que durante os séculos XVIII e XIX, o projeto utópico ganha novos contornos na medida em que as sociedades se industrializam. Tais contornos passam a abarcar posições de ordem política e econômica, reforçando que uma sociedade perfeitamente igualitária somente assim se perfaria se não houvesse acesso à propriedade privada – a grande causadora de guerras, crimes e miséria. Nas sociedades utópicas, não haveria tensão entre patrões e empregados e nem luta de classes, uma vez que o corpo social viveria em perfeita harmonia econômica e política.

Curioso salientar que antes mesmo da implantação de uma futura sociedade utópica, os idealizadores e pensadores já previam debilidades, afinal

[...] quem haveria de dirigir e governar? Segundo Saint-Simon, a ciência e a indústria, unidas por um novo laço religioso, um "novo cristianismo",

² Original na Língua Inglesa: “Ideally, a literature of cognitive estrangement not only facilitates an imaginative ‘escape’ from or transcendence of the given social environment, but sows the seeds of dissatisfaction with that environment, and of the determination and ability to change it”

forçosamente místico e rigorosamente hierárquico, chamado a restaurar a unidade das ideias religiosas, destruída desde a Reforma. Mas a ciência eram os sábios acadêmicos; e a indústria eram, em primeiro lugar, os burgueses ativos, os fabricantes, os comerciantes, os banqueiros. E embora esses burgueses tivessem de transformar-se numa espécie de funcionários públicos, de homens da confiança de toda a sociedade, sempre conservariam frente aos operários uma posição autoritária e economicamente privilegiada. (ENGELS, *apud* VIEIRA, 2015, p. 54)

Afirmamos, por fim, a importância da ficção científica. Espécie de “mitologia revisitada”, esta vertente reflete o *status quo* do racionalismo europeu, quando a ciência passa a explicar o mundo. Vimos, ao longo deste trabalho, como essa forma específica do tecer literário diz respeito, em grande medida, a questões relacionais, nas quais se centraliza a figura humana principalmente a partir da modernidade, período no qual os crescentes avanços científicos possibilitam que se vislumbre um futuro mediado pelos avanços tecnológicos.

Não se buscou, neste artigo, o ineditismo – trabalhos e pesquisas há em profusão acerca da distopia presente nas narrativas de ficção científica, mas se objetivou demonstrar que a escolha por conceitos como utopia ou distopia, presentes em obras do gênero, não pode ser vista simplesmente como termos opostos a um modelo ideal ou errado de sociedade, afinal, conforme comprovamos a partir de nossa hipótese, a utopia pode não se configurar em um espaço sonhado por determinadas sociedades. Além da questão relacional que as obras de ficção científica suscitam, existe a questão relativista, quando passamos a aceitar outras visões, outras interpretações de mundo ou outros *modus operandi* de sociedade. Curiosamente (ou paradoxalmente) essa assertiva vale tanto para a utopia quanto para a distopia.

Para além de visões arraigadas, totalizantes, deterministas ou tirânicas, deveríamos nos preocupar em manter viva a chama da esperança, “este afeto expectante contrário à angústia e ao medo, [...] a mais humana de todas as emoções e acessível apenas a seres humanos (BLOCH, 2005, p. 77)”. Não podemos aceitar, enquanto sujeitos históricos a aparelhagem ideológica que nos retira a consciência acerca de nossos papéis. Tal pode soar como uma “utopia”, mas, “[...] sou obrigado a reconhecer que há, na república da Utopia, muitas coisas que eu desejaria para nossos países, considerando-se ainda que a minha expectativa vai além da esperança de o conseguir” (MORE, 2003, p.113).

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Poética. In: *Aristóteles – vida e obra*. Trad. Baby Abrão. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 33-75
- BEZARIAS, Caio Alexandre. *Funções do mito na obra de Howard Phillips Lovecraft*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- BLOCH, Ernst. O princípio esperança. Vol. 1. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.
- BRANTLINGER, Patrick. Imperial Gothic: Athavism and the Occult in the British Adventure Novel, 1880-1914. In: *Rule of Darkness. British Literature and Imperialism, 1830-1914*. London: Cornell University Press, 2013. p.176-193.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. A Ficção Científica, imaginário do Século XX. 1998. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/48165239/A-FICCAO-CIENTIFICA>> Acesso em: 24 jan. 2019.
- FERREIRA, Vítor Vieira. *O bom lugar, o futuro catastrófico, a ficção científica e algumas distopias brasileiras*. Disponível em: <<http://www.nudes.letras.ufrj.br/imagens/Nudes/teses%20and%20disserta%C3%A7%C3%B5es/2015/Dis-042015-FERREIRA-Vitor-Vieira.pdf>> Acesso em: 29 jan. 2019.
- FIKER, Raul. *Ficção científica. Ficção, ciência ou uma épica da época?* Porto Alegre: L&PM, 1985.
- FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. Trad. Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GIAROLA, Flavio Raimundo *et al.* Representações do futuro em livros e filmes de ficção científica: do positivismo do século XIX ao exterminismo da Guerra Fria. *Tempos Gerais*. Revista de Ciências Sociais e História – UFSJ, Número 1. 2016. Disponível em: <www.seer.ufsj.edu.br/index.php/temposgerais/article/download/1991/1358> Acesso em: 24 jan. 2019.
- HOMERO. *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo, SP: Penguin/Companhia das Letras, 2011.
- LACROIX, Jean-Yves. *A Utopia*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1996.
- LAURIOLA, Rosanna. Os gregos e a utopia: uma visão panorâmica através da literatura grega antiga. Trad. Eva P. Bueno. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 97, p. 92-108, jun. 2009. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7222>> Acesso em: 04 jan. 2019.

LIMA, Carlos. *Genealogia dialética da utopia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

LOBATO, Monteiro. Era no Paraíso.... In: _____. *O macaco que se fez homem*. São Paulo: Globo, 2010. p.18-30.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Utopias, distopias e o jogo da criação de mundos. *Revista UFMG*. Belo Horizonte, v. 24, n. 1 e 2, p.40-59, jan./dez. 2017. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/24/03_Andityas_UtopiaDistopia_pags_40a59_Revista_UFMG_24.pdf Acesso em: 04 jan. 2019.

MORE, Thomas. *A Utopia*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PARRINDER, Patrick. *Science Fiction – Its Criticism and teaching*. Nova Iorque: Routledge, 2003.

SILVA, A. M. A Ficção Científica. In: SILVA, A. M. *O admirável mundo novo da República Velha: o nascimento da ficção científica brasileira no começo do século XX*. 2008. 193 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SCHOEREDER, Gilberto. *Ficção científica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

SODRÉ, Muniz. *A ficção do tempo: análise da narrativa de Science fiction*. Petrópolis: Vozes, 1973.